

Habeas Corpus nº: 0005659-54.2014.8.17.000 (0337417-8)
Comarca Origem: 3ª Vara do Tribunal do Júri – Recife
Impetrante: Bela. Silviany Ramos Vieira
Paciente: Felipe Roberto Barbosa Alves
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 84, DO TJPE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A instrução transcorre, na medida do possível, de forma regular, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.
2. O excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito. Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, do TJPE.
3. Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0337417-8, em que figuram, como impetrante, a advogada Silviany Ramos Vieira e, como paciente, **Felipe Roberto Barbosa Alves**, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

54

Habeas Corpus nº: 0005659-54.2014.8.17.000 (0337417-8)

Comarca Origem: 3º Vara do Tribunal do Júri – Recife

Impetrante: Bela. Silviany Ramos Vieira

Paciente: **Felipe Roberto Barbosa Alves**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pela advogada Silviany Ramos Vieira, em favor de **Felipe Roberto Barbosa Alves**, preso em flagrante delito no dia 08/10/2013, pela suposta prática do crime de homicídio duplamente qualificado, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (proc. nº 0045741-61.2013.8.17.0001).

Alega-se na impetração estar o paciente sofrendo constrangimento ilegal em razão do **excesso de prazo** na formação da culpa, já que está preso há mais de 07 (sete) meses, sem que sequer tenha sido realizada a audiência de instrução e julgamento.

Pondera que a defesa não teria contribuído para o retardamento do feito.

Por derradeiro, a fim de que seja sanada a ilegalidade apontada, requer o deferimento da liminar e, no mérito, a concessão definitiva da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura.

A inicial, de fls. 02/06, veio acompanhada dos documentos de fls. 07/15.

MY

O **pedido liminar** foi **indeferido** (fls. 22/24).

Informações encaminhadas às fls. 30.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem** (fls. 47/49).

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0005659-54.2014.8.17.000 (0337417-8)

Comarca Origem: 3ª Vara do Tribunal do Júri – Recife

Impetrante: Bela. Silviany Ramos Vieira

Paciente: **Felipe Roberto Barbosa Alves**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a concessão definitiva da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura, eis que, segundo sustenta, há **excesso de prazo na formação da culpa**.

DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 30), o paciente foi denunciado em 30/04/2013, como incurso no art. 121, §2º, I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Informado que a denúncia foi recebida em 20/06/2013, sendo decretada a preventiva do paciente, com fundamento na ordem pública e por conveniência da instrução criminal; o paciente foi citado; resposta à acusação apresentada; pedido de revogação da prisão formulado; cumprimento da prisão no dia 08/10/2013; o parecer do Ministério Público foi pelo indeferimento da prisão; há decisão mantendo a custódia do paciente; foi reiterado o pedido de revogação da custódia; atualmente o processo está com vista ao MP para pronunciamento sobre o pedido de liberdade.

Consignado que não deve prosperar a alegação de excesso de prazo, devendo ser observado o princípio da razoabilidade, ante a complexidade do feito, tendo em vista que se trata de processo com 'dois' réus.

Ora, pelo que se observa, tanto das informações quanto em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, **o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário**, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Ademais, **complexidade do feito e pluralidade de réus justificam eventual dilação no andamento da ação, nos limites da razoabilidade.**

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** - (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)**2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

In casu, andou bem o *Parquet* ao registrar (fls. 48) que, 'a defesa apresentou vários pedidos para revogação da prisão cautelar (fl.30), o que demanda tempo do andamento processual, além do feito contar com dois réus, o que impede falar excesso de prazo desarazado ou fora dos parâmetros da razoabilidade'.

Há de ser **afastada a alegação de constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo na formação da culpa.**

Sendo assim, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator